



**LOPES CARDOSO & ASSOCIADOS**

**SOCIEDADE DE ADVOGADOS, S.P., R.L.**

NEWSLETTER

1 Junho 2020

**COVID-19 – Diligências e prazos**



Foi publicada, no dia 29 de Maio, a Lei 16/2020, que procede à quarta alteração da Lei 1-A/2020, de 19 de Março, à primeira alteração à Lei 9/2020, de 10 de Abril e à décima alteração ao Decreto Lei 10-A/2020.

A referida Lei, fundamentalmente, veio estabelecer o modo como se realizarão as diligências em processos em curso, repondo a contagem da maior parte dos prazos processuais, administrativos e procedimentais, que se encontravam suspensos.

Nessa medida esta Newsletter interfere com a anterior de 2020.04.07.

Aqui deixamos o destaque dos aspectos mais relevantes.



## DILIGÊNCIAS

Foi aditado o artigo 6.º - A à Lei 1-A/2020, que estabelece que as diligências a realizar no âmbito dos processos e procedimentos que corram termos nos:

**tribunais judiciais,**  
**tribunais administrativos e fiscais,**  
**Tribunal Constitucional,**  
**Tribunal de Contas e demais órgãos jurisdicionais,**  
**tribunais arbitrais,**  
**Ministério Público,**  
**julgados de paz,**  
**entidades de resolução alternativa de litígios,**  
**órgãos de execução fiscal,**

Se regem pelo seguinte regime:



Os julgamentos e as diligências que importem a inquirição de testemunhas realizam-se:

✎ **presencialmente**, com a observância da limitação de pessoas e demais regras de segurança, de higiene e sanitárias definidas pela DGS; ou

✎ **através de meios de comunicação à distância** adequados (nomeadamente teleconferência, videochamada ou outro equivalente), quando não existirem condições para respeitar as determinações da Direcção Geral de Saúde (DGS) e se for possível e adequado (nomeadamente não causar prejuízos aos fins da realização da justiça), devendo a prestação de declarações do arguido ou de depoente, das testemunhas ou de parte, ser sempre realizada num tribunal, salvo:

✎ acordo contrário das partes;

✎ se as partes, os seus mandatários ou outros intervenientes processuais, comprovadamente forem:

maiores de 70 anos;

imunodeprimidos;

portadores de doenças crónicas que sejam consideradas de risco pela DGS;



caso em que a respectiva inquirição ou acompanhamento da diligencia se realizará através de meios de comunicação à distância (nomeadamente teleconferência, videochamada ou outro meio equivalente), a partir do seu domicílio legal ou profissional.

As demais diligências que requeiram a presença física das partes, dos seus mandatários ou de outros intervenientes processuais, realizam-se:

☞ através de **meios de comunicação à distância** (nomeadamente teleconferência, videochamada ou outro equivalente) ou, quando não puderem ser realizadas por estes meios;

☞ **presencialmente**, com a observância da limitação de pessoas e demais regras de segurança, de higiene e sanitárias definidas pela DGS, salvo se as partes, os seus mandatários ou outros intervenientes processuais, comprovadamente forem:

- ☞ maiores de 70 anos;
- ☞ imunodeprimidos;
- ☞ portadores de doenças crónicas que sejam consideradas de risco pela DGS;



caso em que a respectiva inquirição ou acompanhamento da diligencia se realizará através de meios de comunicação à distância (nomeadamente teleconferência, videochamada ou outro equivalente), a partir do seu domicílio legal ou profissional.

Sem prejuízo do referido nos pontos anteriores, é garantida ao arguido a sua presença no debate instrutório ou no julgamento, sempre que preste declarações ou tenha lugar a prestação de declarações do co-arguido ou o depoimento de testemunhas.

## SUSPENSÕES

**Ficam / mantêm-se suspensos:**

- i. o prazo de apresentação do devedor à insolvência;
- ii. os actos a realizar em sede de processo executivo ou de insolvência relacionados com a concretização de diligencias de entrega judicial da casa de morada de família;



**iii.** as acções de despejo, os procedimentos especiais de despejo e os processos para entrega de coisa imóvel arrendada, quando o arrendatário, por força de decisão judicial ou final a proferir possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria ou outra razão social imperiosa;

**iv.** os prazos de prescrição e de caducidade relativos aos processos e procedimentos mencionados nas alíneas anteriores, suspensão que prevalecerá sobre quaisquer regimes que estabeleçam prazos máximos imperativos de prescrição ou caducidade, sendo estes alargados pelo período de tempo correspondente à vigência da prescrição;

**v.** os prazos de prescrição e de caducidade relativos aos processos cujas diligencias não possam ser feitas por inexistência de condições que permitam a sua realização presencial ou por meio de comunicação à distância, suspensão que prevalecerá sobre quaisquer regimes que estabeleçam prazos máximos imperativos de prescrição ou caducidade, sendo estes alargados pelo período de tempo correspondente à vigência da prescrição.



O executado ou o insolvente podem **requerer a suspensão** da pratica de actos a realizar em processo executivo ou de insolvência referentes a vendas judiciais de imóveis que sejam susceptíveis de causar prejuízo à subsistência do executado ou insolvente, desde que

- ✎ não causem prejuízo grave à subsistência do exequente;
- ✎ prejuízo irreparável;
- ✎ devendo o tribunal decidir o incidente em 10 dias.

## CONDIÇÕES FÍSICAS

Os estabelecimentos prisionais devem assegurar as condições necessárias para que os respectivos defensores possam conferenciar presencialmente com os arguidos para preparação da defesa;

Os tribunais, o Ministério Público, os julgados de paz, as entidades de resolução alternativa de litígios e os órgãos de execução fiscal, devem estar dotados dos meios de protecção e de higienização determinados pela DGS.



## PRAZOS

### Prazos administrativos:

i. Cujo termo ocorreria na vigência do regime de suspensão estabelecido pelo artigo 7.º da Lei 1-A/2020 (que se iniciou em 9 de Março de 2020), consideram-se vencidos no vigésimo dia útil posterior à entrada em vigor da lei 16/2020, que ocorre no dia 03/06/2020;

ii. Cujo termo original ocorreria após a entrada em vigor da Lei 16/2020 (03/06/2020), caso a suspensão estabelecida pelo artigo 7.º da Lei 1-A/2020 não tivesse ocorrido, consideram-se vencidos:

No vigésimo dia útil posterior à entrada em vigor da Lei 16/2020, caso se vencessem até essa data;

Na data em que se venceriam originalmente caso se vencessem em data posterior ao vigésimo dia útil posterior à entrada em vigor da Lei 16/2020.

O regime de prazos referido nos antecedentes pontos i. e ii. não se aplicam aos prazos das fases administrativas em matéria contraordenacional.



Prazos de prescrição e caducidade:

sem prejuízo do regime da suspensão referida nas alíneas iv. e v. do antecedente capítulo sobre as suspensões, os prazos de caducidade que deixem de estar suspenso são alargados pelo período de tempo em vigorou a sus suspensão.

Prazos de prescrição e caducidade:

A Lei 16/2020, revoga o artigo 7.º Lei 1-A/2020, de 19 de Março, que havia suspendido todos os prazos não urgentes para prática de actos processuais e procedimentais, que devam ser praticados no âmbito de processos e procedimentos que corram termos nos:

tribunais judiciais, tribunais administrativos e fiscais, Tribunal Constitucional, Tribunal de Contas e demais órgãos jurisdicionais, tribunais arbitrais, Ministério Público, julgados de paz, entidades de resolução alternativa de litígios, órgãos de execução fiscal.

A suspensão iniciou-se no dia 09/03/2020 e produz os seus efeitos até à data da entrada em vigor da Lei 16/2020, querendo isto dizer que os prazos que se suspenderam no dia 09/03/2020, retomam a sua contagem a partir do dia 03/06/2020 (data da entrada em vigor da referida Lei 16/2020).



Rua Júlio Dinis, 247 – 4º E9  
4050-324 Porto | Portugal  
Tel.: +(351) 226099448 | Fax: + (351) 226099265  
[www.lopes-cardoso.pt](http://www.lopes-cardoso.pt)